

Moradores reagem

Vanessa Marques e Jairo Viana

Moradores de Vicente Pires que residem em Áreas de Proteção Permanente (APPs) devem entrar amanhã com ação na Justiça para impedir que o GDF faça derrubada de casas na região. Eles pretendem cobrar judicialmente do governo as benfeitorias feitas nos terrenos e, assim, atrasar o cronograma de demolições. A decisão foi tomada, ontem, em reunião, no auditório da Faculdade Mauá, na Estrada Parque Taguatinga, na qual participaram cerca de 300 pessoas.

A ação de remoção foi suspensa após liminar concedida, quinta-feira, pela Justiça Federal à Associação dos Moradores de Vicente Pires (Arvips). O juiz Hamilton de Sá Dantas, titular da 21ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal (TRF), entendeu que há "perigo de dano irreparável". Por isso, impediu a continuidade das derrubadas. O juiz cobrou do Ibama explicações sobre a necessidade de se proceder a derrubada de casas em Vicente Pires. O órgão vai apresentar seus argumentos ainda esta semana.

A determinação para que as casas construídas em APPs fossem removidas partiu do Ibama, que dá cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o GDF, na presença do Ministério Público, em setembro de 2005. O acordo determina que as construções em APPs sejam erradicadas em 12 meses porque podem causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

■ 549 demolições

Em Vicente Pires, a intenção é derrubar 15 construções irregulares imediatamente e 24 construções daqui a 30 dias. Durante esta semana, o Siv-Água demoliu seis edificações (cinco casas e um muro). Ao todo, o GDF quer derrubar 549 construções irregulares em Vicente Pires, Colônia Agrícola Samambaia e Vila São José. Todas em APPs.

O presidente da Arvips, Dir-somar Chaves, diz que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) de Vicente Pires apontou que nem todas as edificações em APPs precisam ser removidas.

A dona de casa Edna Maria da Silva, 50 anos, é uma das moradoras que entrará na Justiça para cobrar resarcimento pelas benfeitorias. Ela mora há cinco anos em Vicente Pires. "Minha casa corre o risco de ser demolida porque está incluída

em área ambiental. A saída é recorrer a Justiça para impedir essa violência", reclama.

■ Avaliação

Enquanto prossegue a polêmica entre o Ibama, moradores e a Justiça, o Ministério Público Federal (MPF) quer saber detalhes sobre a nova fórmula de avaliação que a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) usará para obter o valor das terras da União ocupadas por condomínios horizontais, inclusive os formados em Vicente Pires. Para isso, a procuradora da República no DF, Ana Paula Mantovani, vai pedir informações à SPU sobre o método.

As informações a serem prestadas pela SPU, no prazo de dez dias, servirão para o MPF elaborar o mais aguardado parecer para os moradores dos condomínios. Ele responderá qual será o preço dos lotes ocupados. A forma de alienação dos terrenos – se por venda direta ou licitação com direito de preferência, ou cessão de uso real – será fruto de debates entre vários órgãos federais e lideranças dos moradores, em agosto. "Queremos o processo mais transparente possível", afirma Guedes.

■ Mudança nos critérios

A mudança nos critérios de avaliação foi anunciada, semana passada, pelo gerente Regional do Patrimônio da União (GRPU), Carlos Otávio Guedes. Será feita por gleba de terra nua, sem computar a infra-estrutura urbana instalada pelos moradores. A avaliação está sendo feita por técnicos da Caixa Econômica, no Condomínio Vivendas do Lago Azul, no Grande Colorado, em Sobradinho. Ela servirá de parâmetro para avaliação das demais terras da União ocupadas por condomínios que abrigam famílias de classe média, como Vicente Pires, ocupado por cerca de 42 mil pessoas.



Minha casa corre o risco de ser demolida porque está incluída em área ambiental. A saída é recorrer à Justiça para impedir essa violência

**EDNA MARIA DA SILVA, 50 ANOS,
DONA DE CASA**

